

GOTA DO QUE NÃO SE ESGOTA:

um estudo do programa de ações afirmativas da UFMA, a partir da perspectiva da educação do (a) negro (a).

Amanda Santos Pereira de Amorim¹

Fernanda Lopes Rodrigues²

Rodvania Frazão Macedo³

RESUMO

Este artigo é uma análise do programa de Ações Afirmativas da UFMA, enfatizando essas políticas como instrumento de inclusão social do (a) negro (a) na sociedade brasileira. Faz uma retrospectiva histórica do processo de discussão para implementação de Ações Afirmativas na UFMA. Aborda ainda os desafios e perspectivas para adoção de um programa de políticas específicas de acesso e permanência para segmentos excluídos do Ensino Superior.

Palavras-chave: Ações Afirmativas, Ensino Superior, Desigualdade Racial.

ABSTRACT

This article is an analysis of Affirmative Actions program of the UFMA, emphasizing these politics as instrument of social inclusion for black people in the Brazilian society. It makes a historical retrospective of the discussion process to introduce the Affirmative Actions in the UFMA. Even more, it approaches the challenges and prospects to adopt a specific politics program of access and permanence for segments excluded of the college.

Keywords: Affirmative Actions, College, Racial Inequality

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo trazer à discussão, o processo de implementação de um Programa de Ações Afirmativas na UFMA. O interesse pelo tema deu-se, a partir de nossa inserção no Núcleo de Estudos Afro-brasileiros - NEAB, na condição de pesquisadoras. O referido Núcleo esteve à frente das discussões para adoção de Ações Afirmativas na UFMA, estando as autoras envolvidas com os debates e discussões junto a segmentos da universidade e Sociedade civil organizada durante a elaboração e votação da proposta.

Interessa-nos nesse momento, apresentar dados relevantes para uma reflexão mais profunda quanto aos desafios e perspectivas do Programa de Ações Afirmativas a partir de nossas experiências no Núcleo, embasadas em obras de autores relevantes no estudo das Ações Afirmativas no Ensino Superior.

¹Graduanda em Ciências Sociais. Pesquisadora- Núcleo de Estudos Afro-brasileiros/UFMA.

²Graduanda em Pedagogia. Pesquisadora- Núcleo de Estudos Afro-brasileiros/UFMA.

³Pedagoga. Pesquisadora- Núcleo de Estudos Afro-brasileiros/UFMA.

O texto está estruturado da seguinte forma. Primeiramente trazemos um convite à reflexão e ao debate sobre a temática. Nesse tópico faremos uma reflexão sobre o (a) negro (a) e as ações afirmativas, por meio de uma retrospectiva histórica, damos continuidade, tratando das necessidades de implementação de Ações Afirmativas na UFMA, bem como os desafios e perspectivas do Programa. Concluímos com algumas considerações sobre a discussão, enfatizando a importância em assegurar as políticas de Ações Afirmativas.

2 AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFMA: convite à reflexão e ao debate.

2.1 O (a) negro (a) e as ações afirmativas.

A população negra chegou ao Brasil por volta de 1530, para trabalhar na condição de escravos. Não lhes foram dadas condições de viver dignamente nem tão pouco foi respeitada sua cultura e saberes. Ao contrário, houve uma repressão simbólica e física ao modo de ser, pensar e viver africanos no Brasil..

O pós-abolição, longe de ser a panacéia para os (as) ex-escravos (as), não deu condições a esses (as) de se integrarem à sociedade, já que foram tirados (as) das senzalas e jogados (as) no sub-emprego, na marginalização, nas periferias.

De acordo com o IBGE a população negra corresponde a cerca de 75% dos brasileiros e mesmo sendo um número considerável, não se vê representada nos poderes executivo, legislativo e judiciário. Além disso, a escola e o mercado de trabalho têm se mostrado como obstáculos para a ascensão social dos (as) negros (as), que ainda carregam estereótipos construídos o escravismo colonial..

A discriminação racial no Brasil atua como obstáculo para que os (as) negros (as) acessem as mesmas oportunidades dos (as) brancos (as) e permaneçam nelas. Dados revelam, que os piores índices quanto à saúde, moradia, educação, emprego e renda referem-se aos negros (PAIXÃO, 2003). Entretanto, isso não choca não causa impacto na sociedade brasileira, porque a sustentação do mito da democracia racial contribui para a negação dos (as) negros (as) enquanto seres humanos e ao mesmo tempo, mantém a sociedade anestesiada em relação às desigualdades raciais.

O mito da democracia racial se baseia “numa igualdade para brancos, pretos e mestiços, apresentado ao negro e aos demais componentes da sociedade e ao mundo, uma imagem do Brasil onde existe harmonia e integração entre as raças” (SILVA, 1995, p. 34).

A situação de discriminação e exclusão vivenciada pela maioria da população negra é tal, que Santos (2001) alerta quanto à existência de dois “brasis” no Brasil. Por tudo isso é que em uma realidade tal como a nossa, as políticas universalistas não conseguem dissolver as diferenças sociais, econômicas e educacionais entre o primeiro Brasil (constituído por pretos e pardos) e o segundo (formado por brancos).

De fato, é imprescindível a promoção de políticas específicas para os (as) negros (as), visando à inserção desse segmento populacional em espaços que ainda neste início de século XXI ainda estão longe de seu alcance.

Entendemos que “tais políticas podem ser complementares às políticas universais, quando estas se mostram insuficientes para garantir, em uma dada sociedade, a igualdade de oportunidades aos diferentes grupos étnicos” (JACCOUD & THEODORO, 2005, p. 113).

Destarte, as Ações Afirmativas representam um poderoso instrumento de inclusão social (PIOVESAN, 2005; JACCOUD, THEODORO, 2005; SANTOS, 2001) se constituindo em “medidas específicas e temporárias que objetivam acelerar o processo de igualdade” (PIOVESAN, 2005, p. 39). Temos ainda que as Ações Afirmativas cumprem uma finalidade decisiva para o projeto democrático, ao assegurar a diversidade e a pluralidade social já que:

Um programa de Ações Afirmativas exige, pois, que se reconheça a diversidade étnico-racial da população brasileira; que se restabeleçam relações entre negros, brancos, índios, asiáticos em novos moldes; que se corrijam distorções excludentes dados aos negros, que se encarem os sofrimentos a que têm sido submetidos, não como um problema unicamente deles, mas de toda sociedade brasileira (SILVEIRA, 2005, p. 147).

Assim, não se trata apenas de possibilitar o acesso aos estudantes negros na Universidade, mas de se permitir a permanência desses e de se discutir as relações étnico-raciais dentro das Universidades, a partir do enfrentamento do preconceito e da discriminação. Desse modo, o que está no bojo da discussão pela implementação de Ações Afirmativas é a construção de uma sociedade igualitária e justa, independentemente do grupo étnico racial dos indivíduos que a compõem.

2.2 Ações afirmativas na UFMA: necessidade do contexto atual

O Maranhão é o que se pode chamar de “estado negro”, uma vez que 75% de seu contingente populacional é de afrodescendentes. Entretanto, a participação destes no espaço acadêmico não corresponde ao percentual de negros (as) no Estado.

De acordo com a pesquisa do programa “A Cor da Bahia”, realizada em 2000, a presença de pretos (as) e pardos (as) na Universidade Federal do Maranhão é de 42,8%. Já a de brancos (as) é de 47%, enquanto que a participação destes no conjunto da população do estado é de 24,8%.

Tabela 1 - Participação dos negros no conjunto da população do estado e sua presença na universidade

Estado	1. População	Universidade	2. população
Rio de Janeiro	38,2	UFRJ	20,3
Paraná	22,4	UFPR	8,6
Maranhão	75,1	UFMA	42,8
Bahia	79,2	UFBA	42,6
Distrito Federal	53,6	UNB	32,3

É importante frisar que nos cursos tidos como de alto prestígio (Medicina, Odontologia, Direito e Medicina, por exemplo) a presença de negros (as) é ínfima. Sendo assim, é notória, a discrepância entre negros (as) e brancos (as) no Ensino Superior, refletindo desigualdades maiores na sociedade maranhense.

Outro dado importante para compreendermos a situação do negro na UFMA, diz respeito à produção acadêmica. Através de pesquisas realizadas pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro – NEAB, para a produção do *Catálogo Bibliográfico Sobre Relações Étnico-raciais na Universidade Federal do Maranhão*, comprovou-se, em diversas áreas da produção científica, a escassez de estudos que contribuam para um melhor conhecimento sobre a importância sócio-cultural, política e econômica da população negra no estado.

Isso pode ser observado no gráfico abaixo:

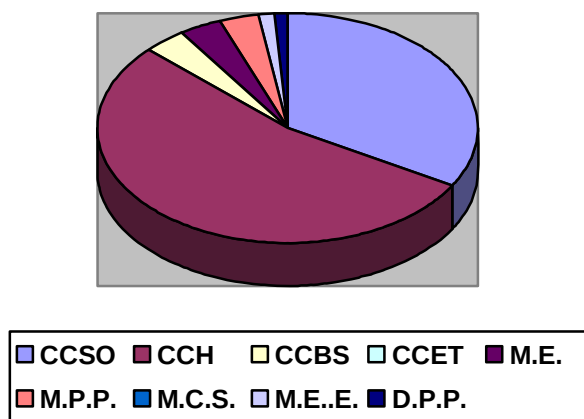


Gráfico 1 - Gráfico de distribuição do quantitativo de monografias com recorte racial por Centro.⁴

Para superar as barreiras das desigualdades raciais na Educação Superior, é fundamental adotar uma postura de articulação e promoção de políticas de acesso e permanência dos grupos historicamente excluídos.

Nessa perspectiva, a Universidade Federal do Maranhão vem discutindo, desde o ano de 2003, especialmente através das ações do NEAB, a possibilidade de implementar políticas de Ações Afirmativas de acesso e permanência, com cotas percentuais específicas para esses segmentos, (estudantes oriundos de escola pública, negros, índios e portadores de deficiências), porém essa árdua tarefa é carregada de desafios e entraves.

Consideramos o racismo, que se apresenta nas mais variadas formas, um componente que pesa negativamente sobre negros (as) e indígenas, bloqueando seu acesso aos setores considerados importantes da sociedade brasileira.

Como corrobora Silvério (2005):

Estas demandas têm de ser entendidas como indenizações devidas, pela sociedade, àqueles a quem ela tem impedido vida digna e saudável, trabalho, moradia, educação, respeito e suas raízes culturais, à sua religião. O pagamento da dívida precisa ser concretizado mediante políticas, organizadas em programa de ações afirmativas, que eliminem as diferenças sociais, valorizando as étnico-raciais e culturais (p.147).

As ações afirmativas são necessárias para reparar erros referentes às desigualdades raciais que durante muitos anos foram mascaradas pelo Estado brasileiro.

¹Legenda:

CCSO- Centro de Ciências Sociais

CCBS- Centro de Ciências Biológicas e da Saúde

Exatas e Tecnológicas

DPP- Doutorado em Políticas Públicas

MCS- Mestrado em Ciências Sociais

ME- Mestrado em Educação

MEE- Mestrado em Engenharia Elétrica

CCH- Centro de Ciências Humanas

CCET- Centro de Ciências

MPP- Mestrado

Quando se trata de políticas de igualdade racial, as cotas são mecanismos ou políticas de igualdade voltadas para oferecer garantias à população que, por um motivo ou outro, não teve oportunidade de ocupar determinados espaços na sociedade.

As políticas de ações afirmativas na UFMA almejam bem mais que o acesso de estudantes negros. O objetivo é promover ações que assegurem a permanência desses estudantes na universidade, tais como: ampliação dos cursos, reformulação dos currículos para que os estudantes possam encontrar, representados e respeitados, os saberes e experiências de sua vivência em conteúdos que fortaleçam sua auto-estima, contribuindo para a definição de seu pertencimento étnico-racial.

3 CONCLUSÃO

O direito à educação superior passa necessariamente pelo reconhecimento da pessoa excluída. Dessa forma, é dever do Estado assegurar efetivamente os direitos à educação da população negra através de políticas emergenciais específicas que contemplem as necessidades dessa parcela da sociedade, contribuindo para a superação das práticas discriminatórias.

As condições de superação das desigualdades, somente poderão ser construídas através da implementação de políticas de ações afirmativas emergenciais, no sentido de reconhecer as injustiças mantidas historicamente contra os descendentes daqueles que foram os maiores responsáveis pela construção sócio-econômica e cultural do país.

Somente através do conhecimento dessa realidade as políticas de ações afirmativas contribuirão com a valorização da auto-estima destes segmentos, propiciando-lhes condições materiais e intelectuais de participação e reconhecimento de suas capacidades.

A universidade enquanto espaço intelectual, científico, educativo e político, não poderá continuar sustentando-se por muito tempo, enquanto tal, se mantiver, distante, desinteressada das questões que dizem respeito aos direitos humanos, ao diálogo entre culturas, aos direitos dos povos.

Assim, acreditamos que a universidade ao propor e implementar medidas que promovam a inclusão de grupos historicamente deixados à margem da sociedade, está também, “incluindo-se na sociedade, assumindo um compromisso efetivo com a pluralidade e com a diversidade” (SILVA, 2006, p. 6).

Portanto, ao adotar um programa de ações afirmativas a universidade está se comprometendo a reescrever a maneira de pensar e de produzir conhecimento,

inscrevendo-se efetivamente como universidade, reconhecendo a necessidade de novas práticas educativas, descolonizadoras da ciência, valorizando conteúdos e metodologias das quais o mundo ocidental se apropriou, negando ou destruindo suas fontes originais.

REFERENCIAS

PAIXÃO, M. (Org.) **Desenvolvimento humano e relações raciais** - Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

PIOVESAN, F. Ações afirmativas sob a perspectiva dos direitos humanos. In: IN: SILVA, S. A. da. (Org.) **Ações Afirmativas e combate ao racismo Nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

Santos, H. **A busca de um caminho para o Brasil**: a trilha do círculo vicioso - São Paulo, Ed. Senac, 2001

SILVA, A. C. da. **A discriminação do negro no livro didático**-Salvador: CEAO, CED, 1995

SILVA, C. B. R. da. **Proposta preliminar para um programa de ações afirmativas de acesso e permanência de negros na UFMA**. Núcleo de Estudos Afro-brasileiros. São Luís, 2006.

SILVÉRIO, V. R. Ações afirmativas e diversidade étnico-racial. In: IN: SILVA, S. A. da. (Org.) **Ações Afirmativas e combate ao racismo nas américas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

THEODORO, M. & JACCOUD, L. Raça e educação: os limites das políticas universalistas. In: SILVA, S. A. da. (Org.) **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.